



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO DE 2014



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Contas do Período de 2014

- 1 Relatório do Conselho Diretivo**
- 2 Demonstrações Financeiras**
- 3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- 4 Relatório de Auditoria**



RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETIVO

1	Introdução	5
2	Evolução da atividade profissional	5
3	Atividades desenvolvidas	6
3.1	Órgãos Sociais	6
3.1.1	Assembleia Geral	6
3.1.2	Conselho Superior.....	6
3.1.3	Bastonário	7
3.1.4	Conselho Diretivo	7
3.1.5	Conselho Disciplinar.....	7
3.2	Departamentos.....	8
3.2.1	Departamento Técnico	8
3.2.2	Departamento de Formação e Publicações	10
3.2.3	Departamento de Qualificação e Atividade Profissional.....	14
3.2.4	Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão	18
3.2.5	Comissão de Acompanhamento do Código de Ética	22
3.3	Secção Regional do Norte	22
3.4	Outras atividades desenvolvidas.....	23
3.4.1	Participação no CNSA.....	23
3.4.2	Relações Institucionais.....	23
3.4.3	Relações Internacionais	24
3.4.4	Eventos	24
4.	Recursos Humanos.....	26
5	Análise económica e financeira.....	27
5.1	Análise económica	27
5.1.1	Rendimentos e ganhos	27
5.1.2	Gastos e perdas.....	29
5.2	Evolução dos fundos patrimoniais.....	30
5.3	Execução do orçamento corrente	31
5.3.1	Perspetiva global.....	31
5.3.2	Execução do orçamento de rendimentos.....	32



5.3.3	Execução do orçamento de gastos	32
5.4	Análise financeira	32
5.5	Execução do orçamento de investimentos.....	33
6	Perspetivas futuras.....	33
7	Proposta de aplicação dos resultados.....	34
8	Homenagem póstuma	34
9	Agradecimentos	34



RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETIVO

1 Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea f) do nº 1 do artigo 30º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2014.

Pretende-se com este documento proceder a uma síntese da atividade desenvolvida pela Ordem durante o ano de 2014, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

2 Evolução da atividade profissional

A profissão registou um aumento líquido de 28 Revisores Oficiais de Contas (ROC), refletindo o efeito conjugado da admissão de 50 novos membros, do cancelamento de 13 inscrições e de 9 falecimentos. A maioria dos membros que se inscreveram são ROC sem atividade, o que reflete o ambiente económico adverso a que tem vindo a assistir-se, já há alguns anos e que se prolongou durante o ano de 2014.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese do número de ROC inscritos, em confronto com os anos de 2013 e de 2012, mantendo-se a tendência de se organizarem sob a forma de sociedades de profissionais.

ROC	2014	2013	2012	Variação face a 2013	
				Nº	%
Sem atividade	419	403	376	16	3.82%
Suspensos	127	119	114	8	6.30%
Não suspensos	292	284	262	8	2.74%
Com atividade	920	908	897	12	1.30%
A título individual	201	210	219	-9	-4.48%
Sob contrato de prestação de serviços	112	113	115	-1	-0.89%
Como Sócios de SROC	607	585	563	22	3.62%
Total	1.339	1.311	1.273	28	2.09%



A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) consubstancia o anteriormente referido, como se observa no quadro seguinte:

SROC	2014	2013	2012	Variação face a 2013	
				Nº	%
Número de Sociedades	229	225	208	4	1.78%

Salienta-se o crescimento de cerca de 2% de SROC, o que evidencia a continuada preocupação dos ROC em exercerem a atividade de uma forma progressivamente mais estruturada e com melhores condições organizacionais para o exercício da profissão, em resposta à crescente exigência do mercado em termos de serviços de auditoria e outros serviços de interesse público.

3 Atividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da OROC reuniu em 20 de março de 2014 para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2013 e para discutir e votar a proposta do Conselho Diretivo sobre a aquisição da qualidade de membro honorário, nos termos do artigo 11.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, pelo Dr. Octávio de Brito Gastambide Fernandes.

3.1.2 Conselho Superior

Durante o ano de 2014 o Conselho Superior procedeu à apreciação e instrução do processo de atribuição ao Dr. Octávio de Brito Gastambide Fernandes da qualidade de membro honorário, nos termos do artigo 11.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



3.1.3 Bastonário

O Bastonário, para além de presidir ao Conselho Diretivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os serviços da Ordem e assegurou a direção da revista *Revisores e Auditores*, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

3.1.4 Conselho Diretivo

Durante o ano de 2014, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente, tendo, no âmbito das suas atribuições estatutárias, tomado as deliberações que considerou adequadas. De uma forma geral, é possível afirmar que as atividades previstas para o ano de 2014 foram globalmente realizadas, em cumprimento do Orçamento aprovado.

3.1.5 Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar reuniu regularmente durante o período, para apreciar, inquirir, discutir e deliberar sobre os processos em curso da sua competência.

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no ano de 2014, foi o seguinte:

Natureza	Nº de processos	Arquivados	Convertidos em PD	Sancionados	Transitados para 2015
Processos de Inquérito	3	1	-		2
Transitados de 2013	1	1	-		-
Instaurados em 2014	2	-	-		2
Processos Disciplinares	55	8		23	24
Transitados de 2013(*)	24	5		13	6
Instaurados em 2014	31	3		10	18

(*) 3 processos encontram-se suspensos aguardando produção de melhor prova



Nos processos disciplinares sancionados aplicaram-se as seguintes penas:

Escala das penas aplicadas	Nº de processos	Natureza da infração		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Incompatibilidades
Advertência	6	-	6	-
Advertência registada	4	1	2	1
Multa de €1.000 a €2.499	5	1	4	-
Multa de €2.500 a €3.999	3	3	-	-
Multa de €4.000 a €5.499	1	1	-	-
Multa de €7.000 a €8.499	2	1	1	-
Multa de €8.500 a €10.000	2	1	1	-
	23	8	14	1

3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico e as suas Comissões Técnicas especializadas continuaram a estudar, analisar e a discutir assuntos de natureza técnica de diversos setores de atividade e de interesse para a atuação dos ROC, tendo efetuado estudos, pareceres, informações e outros por iniciativa do Conselho Diretivo, por iniciativa própria ou por solicitação de terceiros.

Foram emitidos vários pareceres técnicos e documentos de natureza equivalente, destinados a dar resposta às solicitações provenientes de ROC e de outras entidades, quer de origem nacional, quer internacional.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.

Manual do ROC

Continuou a reforçar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade. Neste sentido, houve a preocupação de manter atualizada a legislação mais significativa para todos os setores de atividade, bem como a inserção de material técnico com interesse para a profissão.



Sítio na *internet*

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias/destaques mais significativos para a profissão, incluindo informações de carácter relevante aplicável. Entre outras matérias salientaram-se, naturalmente, as relativas à contabilidade e à auditoria das entidades em geral, e a sua evolução ao longo do ano, nomeadamente a nível europeu, com a revisão das Diretivas da Contabilidade e da Auditoria.

Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão e Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados

Na sequência de um pedido do organismo congénere de Macau (CRAC), a Ordem, com a autorização da IFAC, procedeu à tradução integral da edição de 2012 do volume I do Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados do IAASB, com vista à futura utilização deste normativo em Macau.

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais onde destacamos as seguintes:

- Assembleia Gera/Council da FEE – em Bruxelas, em março, em setembro e dezembro;
- Reunião Eurostat – EPSAS – no Luxemburgo, em fevereiro, em março e junho;
- Roundtable do setor público da FEE – em Bruxelas, em março;
- Working Parties (WP) da FEE:
 - *Auditing WP* - em fevereiro e setembro;
 - *Tax WP* – em abril;
 - *Accounting WP* – em outubro.

A Ordem esteve ainda representada no Congresso Mundial de Auditores e Contabilistas (WCOA 2014), em Novembro, em Roma.

Este Departamento esteve igualmente envolvido no estabelecimento de relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa, e participou nas ações que têm conduzido à realização de cursos de formação nesses países.



3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

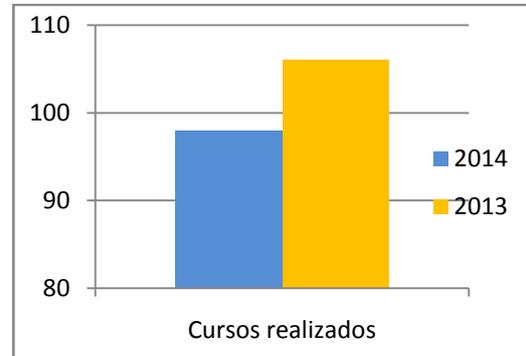
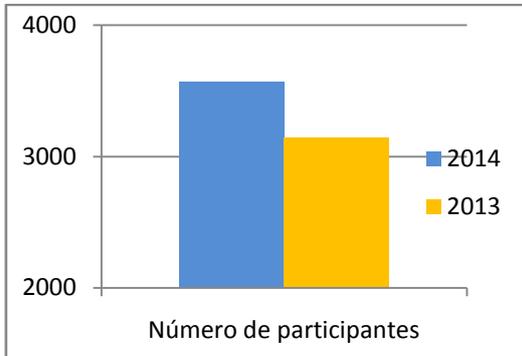
Tendo em consideração os objetivos da formação contínua da OROC, nomeadamente proporcionar aos ROC e seus colaboradores atualização dos seus conhecimentos para um adequado exercício da profissão e aumento das suas competências, o ano de 2014 foi caracterizado pela manutenção de uma oferta formativa diversificada por parte da Ordem.

Durante 2014 reforçou-se o número de ações de formação na área de Fiscalidade (de 26 em 2013 para 38 em 2014), tendo sido verificada uma redução nas ações de formação promovidas nas outras áreas.

De 2013 para 2014, verifica-se uma redução de 7,5% no número de ações de formação promovidas (de 106 ações em 2013 para 98 ações em 2014). Observa-se, contudo, um aumento de 13,5% no número de participantes (de um total de 3 141 participantes em 2013 para 3 566 participantes em 2014). Durante 2014, foram cancelados 12 cursos, que se encontravam previstos, devido ao reduzido número de inscrições.

Apresentamos de seguida o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso do período de 2014 e comparação com o período anterior:

Ano	2014	2013
Cursos realizados	98	106
Número de participantes	3.566	3.141
Horas de formação cursos	638	684
Total de horas de formação	23.135	19.262

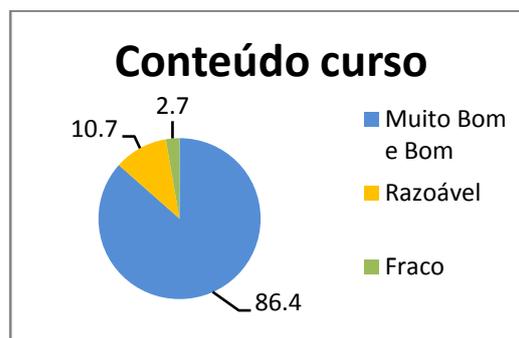
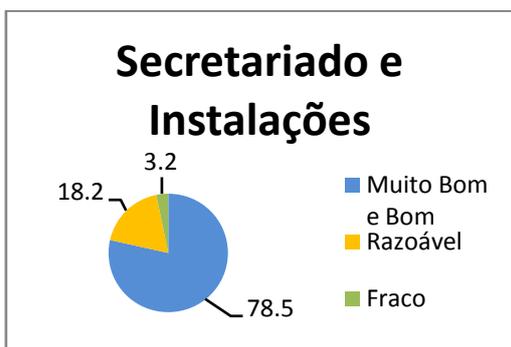
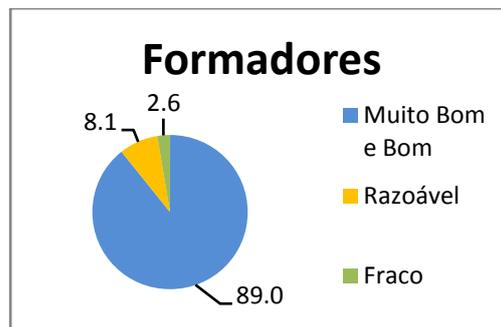
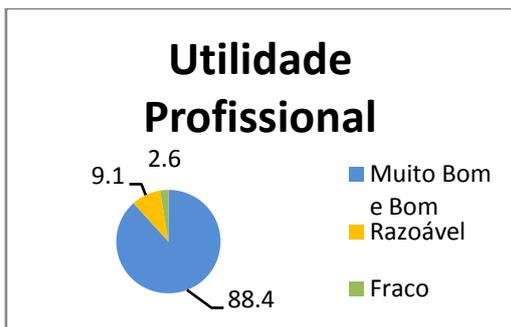


Os cursos realizados em 2014 focaram as seguintes áreas temáticas:

Ano	2014		2013	
	Nº cursos	Horas	Nº cursos	Horas
Auditoria	31	6 955	41	8 563
Contabilidade	19	2 336	25	3 585
Fiscalidade	38	11 471	28	5 053
Direito	3	784	4	1 015
Outros	7	1 589	8	1 046
Total	98	23 135	106	19 262

Participaram nos cursos de formação acima referidos ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades.

Dos questionários de satisfação respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação retiram-se os seguintes resultados:



São de realçar as boas avaliações atribuídas pelos participantes nas sessões de formação, nomeadamente o facto de 91,1% considerarem Muito Boa e Boa a “Utilidade Profissional” dos cursos e 86,4% considerarem Muito Bom e Bom o “Conteúdo dos Cursos” de formação.

Comissão de Formação

Foram recebidos 47 pedidos de certificação de formação profissional. A Comissão de Formação avaliou, quanto ao nível científico e técnico, os processos e foram tomadas as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2014	2013
Certificada	43	57
Validada mas não certificada	1	3
Processos em curso por falta de elementos	3	6



Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Em 2014 deu-se continuidade ao 14.º CPROC iniciado em 2013, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 15.º CPROC.

Assim, durante o ano de 2014, foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 1 024 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2014:

Edições	Nº de formandos	Nº de horas	Período
14º Curso			
2º grupo	62	128	17/01 a 08/03
3º grupo	57	128	02/05 a 27/06
4º grupo	57	128	26/09 a 21/11
15º Curso			
1º grupo	80	128	17/10 a 06/12

Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores ∃ Auditores, a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.



3.2.3 Departamento de Qualificação e Atividade Profissional

O Departamento de Qualificação e Atividade Profissional desempenhou em 2014 as suas funções de acordo com as competências que lhe estão cometidas, procurando responder com rigor, profissionalismo e transparência às múltiplas solicitações que lhe foram formuladas, quer pelos membros da Ordem quer pelas diversas entidades, públicas e privadas, que se relacionam com a Ordem.

Atividade Profissional

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores da atividade desenvolvida no âmbito do controlo de atividade profissional:

	2014	2013	2012	Variação 2014-2013
Declarações emitidas	151	168	210	-10%
Ofícios expedidos	620	2.176	381	-72%

A variação ocorrida ao nível dos ofícios expedidos é justificada, essencialmente, pelas ações específicas de controlo que foram desenvolvidas em 2013 junto de um conjunto muito significativo de empresas e outras entidades sujeitas a revisão legal das contas, relativamente às quais não constava nos registos da Ordem a indicação do ROC ou SROC responsável por tais tarefas.

Muito embora este controlo tenha tido continuidade em 2014, não teve a mesma intensidade que no ano anterior, assumindo sobretudo um cariz de continuidade.

De salientar que este tipo de atuação tem conduzido à regularização de um conjunto vasto de situações, quer através da nomeação de ROC ou SROC, nos casos em que as entidades não o tinham feito, quer mediante a correção da falta de comunicação por parte do ROC ou SROC responsável pela revisão.

Para além deste conjunto de tarefas, ao nível da Atividade Profissional foi dada continuidade ao desenvolvimento das demais ações enquadradas nesta área, de que se destacam:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica, eletrónica ou presencial;



- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estas possam estar direta ou indiretamente relacionadas, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável, através da atualização das bases de dados.

Importa ainda destacar que, em articulação com uma entidade externa que presta serviços á Ordem, no âmbito da consultoria informática, foi dada continuidade ao desenvolvimento da plataforma de comunicação entre a Ordem e os seus associados, a qual se encontra em fase de testes, sendo expectável que no decurso do primeiro quadrimestre de 2015 esteja já acessível a todos os revisores e sociedades de revisores oficiais de contas.

Comissão de Inscrição

A atividade da Comissão de Inscrição centra-se, sobretudo, na concretização das múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC e das SROC, quer ao nível da decisão quanto a estas matérias, quer no que se refere ao apoio prestado aos revisores no âmbito do cumprimento das diversas formalidades que estão associadas a este processo.

No decurso do ano foram realizadas 12 reuniões plenárias desta Comissão, tendo-se respondido com a celeridade possível aos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e análise dos processos submetidos para apreciação, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer às múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

As alterações na atividade dos ROC são objeto de atualização semanal das Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, quer no sítio da Ordem na *internet*, quer mediante a respetiva comunicação ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, de acordo com o exigido pela legislação aplicável.



De acordo com as responsabilidades estatutárias e regulamentares aplicáveis à Comissão de Inscrição, esta coordenou as atividades relacionadas com o Júri de Exame e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à Ordem, tendo ainda respondido aos diversos pedidos de informação que lhe foram formulados por eventuais interessados na admissão à Ordem.

A Comissão de Inscrição, através do seu presidente, participou igualmente nos trabalhos do Júri para apreciação e seleção das candidaturas ao Curso de Preparação para ROC, com base nos critérios anteriormente aprovados pelo Conselho Diretivo.

Júri de Exame

Realizaram-se em 2014 as 4 provas escritas do Exame para ROC previstas no respetivo Regulamento, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das 4 provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2014:

	1 ^a Prova	2 ^a Prova	3 ^a Prova	4 ^a Prova	Total 2014	Total 2013	Varição
Nº de inscritos	161	141	118	112	532	645	-113
Lisboa	104	88	80	72	344	373	-29
Porto	57	53	38	40	188	272	-84
Nº de presenças	143	115	98	105	461	541	-80
Lisboa	93	72	66	67	298	316	-18
Porto	50	43	32	38	163	225	-62
Faltas	18	26	20	7	71	104	-33
Lisboa	11	16	14	5	46	57	-11
Porto	7	10	6	2	25	47	-22
Nº de aprovações	95	56	83	45	279	296	-17
Lisboa	61	34	55	32	182	174	8
Porto	34	22	28	13	97	122	-25
Nº de reprovações	48	59	15	60	182	245	-63
Lisboa	32	38	11	35	116	142	-26
Porto	16	21	4	25	66	103	-37
% aprovações (face às presenças)	66%	49%	85%	43%	61%	55%	6pp
Lisboa	66%	47%	83%	48%	61%	55%	6pp
Porto	68%	51%	88%	34%	60%	54%	6pp



Os dados apresentados no quadro anterior refletem, no conjunto das quatro provas e face ao ano de 2013, uma redução de 113 candidatos inscritos e de 80 candidatos que se apresentaram a exame. No entanto, o número de aprovações apenas se reduziu em 17, denotando um maior índice de aprovações.

Com efeito, a percentagem de aprovações, face ao número de candidatos que se apresentaram a exame, em termos médios e no conjunto das quatro provas, passou de 55% em 2013 para 61% em 2014. Contudo, mantém-se o nível de exigência que caracteriza o acesso à profissão, e que, em paralelo com o controlo de qualidade existente, reflete, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência desta atividade, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

Foram realizados dois sorteios dos temas das provas orais, em 22 de abril e em 14 de outubro de 2014, tendo sido atribuídos 127 temas, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas 104 provas orais, relativas aos candidatos do 2º sorteio de 2013 e do 1º sorteio de 2014, tendo sido aprovados 70 candidatos e reprovados 32 candidatos, tendo-se ainda registado a não comparência de 2 candidatos. As provas orais relativas aos candidatos do 2º sorteio de 2014 só se realizarão em 2015.

Comparativamente ao ano de 2013, verificou-se um aumento de 39 candidatos a provas orais, tendo o número de candidatos aprovados registado um aumento de 14 enquanto o número de reprovados teve um aumento de 13.

De salientar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, o Júri de Exame continua a ser composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso e o conteúdo das provas de exame.

Comissão de Estágio

No ano de 2014 a Comissão de Estágio realizou 10 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do Regulamento de Estágio.



A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos foi a seguinte:

Indicador	2014	2013	2012
Estagiários em 1 de janeiro	113	125	144
Estágio iniciados	48	36	31
Estágios concluídos com aprovação	25	44	43
Exclusões de Estágio	0	3	1
Desistências de Estágio	2	0	0
Estágios encerrados por dispensa	0	1	6
Estagiários em 31 de dezembro	134	113	125

No decurso do ano de 2014 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 28 provas de avaliação de estagiários. Realizaram-se 68 reuniões de coordenadores de estágio com membros estagiários e patronos, no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 23 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e acesso ao Manual do ROC, bem como na incentivação à participação nas ações de formação e encontros organizados sob a égide da Ordem.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

Controlo de Qualidade

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade procedeu ao seguinte:

- Divulgou em 27 de junho de 2014 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 6 de junho de 2013 e 5 de junho de 2014 sobre as auditorias relativas ao ano de 2012;
- Promoveu a realização do Sorteio Público de 3 de julho de 2014 visando os controlos a exercer sobre os ROC e SROC e as auditorias por estes realizadas com relação ao ano de 2013;



- Estabeleceu com o CNSA a comunicação requerida no Regulamento do CNSA sobre a sua supervisão do controlo de qualidade aos ROC e SROC executado pela OROC;
- Implementou as recomendações efetuadas pelo CNSA e outras alterações que determinou serem apropriadas.

Sorteios Públicos

Na sequência do sorteio público realizado em 4 de julho de 2013, foram concluídos no período os controlos de qualidade a 109 entidades, envolvendo 42 ROC, 35 SROC e 32 SROC e ROC com intervenção em entidades de interesse público (EIP), correspondendo a 204 dossiês, que apresentaram as seguintes conclusões:

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Total de ROC/SROC Sorteados 2013		ROC/SROC de EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	54	52%	15	55%	17	49%	22	53%
Com observações e recomendações de menor relevância	33	32%	10	37%	13	37%	10	24%
Com observações e recomendações de relevância	12	12%	1	4%	5	14%	6	14%
Com resultados insatisfatórios	1	1%	-	-	-	-	1	2%
Anulados	3	2%	-	-	-	-	3	7%
Não concluídos	1	1%	1	4%	-	-	-	-
Total de Entidades	104 (a)	100%	27(a)	100%	35	100%	42	100%

- a) Exclui as 5 SROC com EIP sorteadas que de acordo com os critérios disponibilizados na data do sorteio não foram alvo de controlo horizontal.



Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de Dossiês 2012		ROC/SROC com EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	94	46%	64	64%	20	33%	10	24%
Com observações e recomendações de menor relevância	64	31%	20	20%	25	40%	19	45%
Com observações e recomendações de relevância	36	18%	11	11%	16	25%	9	21%
Com resultados insatisfatórios	1		-	-			1	3%
Anulados	6	3%	2	2%	1	2%	3	7%
Não concluídos	3	2%	3	3%	-	-	-	-
Total de Dossiês	204	100%	100	100%	62	100%	42	100%

Síntese da comunicação com o CNSA

O relatório do CNSA, datado de 26 de setembro de 2014, sobre a sua supervisão do Sistema de Controlo de Qualidade executado pela Ordem incluiu propostas de alteração à classificação das conclusões acima referidas, relativamente a onze controlos verticais e seis controlos horizontais (correspondentes a doze processos). Estas alterações, foram comunicadas às entidades respetivas e decorrente das mesmas foram alargadas as ações de acompanhamento relativamente a dois dossiês de controlo vertical e a um de controlo horizontal.

No âmbito da supervisão efetuada pelo CNSA sobre a execução do controlo de qualidade, a CCQ procedeu à coordenação das comunicações previstas no Regulamento n.º 654/2010 do CNSA sobre esta supervisão e assegurou a adoção pela Ordem das recomendações efetuadas pelo CNSA.

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A Comissão coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiês que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar/implementadas no sentido de serem superadas as deficiências e insuficiências detetadas.



Guias de Controlo de Qualidade

Os guias de controlo de qualidade incluindo os guias de acompanhamento foram atualizados com as recomendações do CNSA e com outras alterações que a CCQ considerou adequadas face à experiência da sua utilização nos últimos dois anos.

Sorteio Público de 3 de julho de 2014

Na sequência do sorteio de 3 de julho de 2014 foram planeadas e supervisionadas as ações de controlo de qualidade sobre a atividade de 24 ROC e SROC que exerceram funções de revisão/auditoria em entidades de interesse público e 91 ROC e SROC que exerceram funções noutras entidades. Em 31 de dezembro de 2014 ainda se encontram em curso algumas destas atividades que envolvem também o controlo sobre 204 dossiês relacionados com auditorias efetuadas por estes ROC e SROC com relação ao ano de 2013.

Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela Comissão do Controlo de Qualidade outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

- **Intervenções pontuais**

A Comissão procedeu a controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo ou por outros Órgãos da Ordem.

- **Controlos Específicos a dossiês selecionados na data do controlo**

No âmbito da Circular nº 37/13, de 21 de maio de 2013, e decorrente da observação da prática de preços anormalmente baixos, foram executados vários controlos de qualidade específicos, visando a avaliação da adequação dos recursos às carteiras de clientes, as horas despendidas e os preços praticados no exercício de funções de interesse público e a avaliação do cumprimento das normas de auditoria em dossiê selecionado e comunicado na data do controlo.

- **Análise de Relatórios e Contas**

A Comissão procedeu, também, embora não de forma sistemática, ao acompanhamento das publicações de relatórios e contas das empresas cotadas, que não foram objeto de controlo neste ano, no sentido de verificar, numa base seletiva, a



conformidade entre as certificações legais de contas e os relatórios de auditoria publicados, bem como sobre aspetos gerais de conformidade dos documentos apresentados com as normas e as políticas contabilísticas divulgadas.

Atividades de supervisão desenvolvidas

As atividades de supervisão desenvolvidas podem resumir-se como segue:

- Preparação de elementos e informações de suporte à atividade dos representantes da OROC nos órgãos do CNSA;
- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão e como peritos de processos judiciais e para outros efeitos em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu.

3.2.5 Comissão de Acompanhamento do Código de Ética

Como se referiu no relatório do ano transato, o Conselho Diretivo dedica à aplicação do Código de Ética uma enorme atenção, tendo sido auxiliado nessa matéria pela Comissão de Acompanhamento do Código de Ética.

Esta Comissão reuniu regularmente e prestou apoio à Ordem em diferentes vertentes de questões de natureza ética e da aplicação do código de ética, designadamente no domínio do relacionamento entre membros da Ordem.

3.3 Secção Regional do Norte (SRN)

A atividade da Secção Regional do Norte teve em 2014 o desenvolvimento habitual, em conformidade com o plano aprovado.



A SRN, além de assegurar a função de representação no Norte do País, constituiu, como habitualmente, um espaço de apoio administrativo dos Colegas e de Reuniões de Trabalho de Comissões Técnicas e outros grupos e também o local próprio da Formação Contínua dos Revisores e do Curso de Preparação para ROC (CPROC).

No que respeita à formação contínua, realizaram-se em 2014, no Porto, 46 cursos integrados no programa de formação da OROC, para além do CPROC.

Na SRN realizaram-se os Encontros habituais, como se encontra descrito no capítulo próprio.

Com o apoio inestimável do Conselho Consultivo e do Colega que executava as funções de adjunto da Direção, foram realizadas diversas ações, incluindo a preparação de Encontros na Ordem e de divulgação da Ordem.

3.4 Outras atividades desenvolvidas

3.4.1 Participação no CNSA

A Ordem está representada no CNSA ao nível do Conselho e ao nível do Secretariado Permanente integrando ainda diversos grupos de trabalho e participando em inspeções pontuais.

A Ordem participou na qualidade de membro do Conselho em todas as reuniões realizadas.

3.4.2 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Diretivo efetuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, o Banco de Portugal, a CMVM, o Instituto de Seguros de Portugal (atualmente Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), o Tribunal de Contas, a Direção-Geral dos Impostos, a Direção-Geral do Orçamento, a Comissão de Normalização Contabilística e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais.



3.4.3 Relações Internacionais

Para além do já referido no âmbito da atividade desenvolvida pelo Departamento Técnico, a Ordem fez-se representar pelo seu Bastonário em diversos eventos internacionais e participou em Congressos, designadamente:

- Participação na Assembleia Geral da FEE, realizada em Bruxelas, em 17 de setembro;
- Participação no 5.º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, realizado no Brasil, em 20 e 21 de outubro;
- Participação no World Congress of Accountants 2014 (WCOA), em Roma, de 10 a 13 de novembro.

Em 2014 foram reforçados os contactos internacionais, nomeadamente com organismos congéneres, existentes ou em constituição, de países de língua portuguesa. Estão firmados protocolos com Angola (2012), Cabo Verde (2013), Moçambique (2013) e com a ACCA (2014). Adicionalmente às parcerias já existentes espera-se em 2015 confirmar novos protocolos. Para além do referido, reafirmam-se as participações que estão descritas no capítulo dedicado ao Departamento Técnico.

3.4.4 Eventos

3.4.4.1 *40 e 25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos*

Foi realizada a cerimónia que teve lugar em 3 de julho, na Academia das Ciências, com a sala totalmente repleta, em que, pela primeira vez foram agraciados 63 revisores que completaram 40 anos de profissão. À semelhança de anos anteriores, foram também agraciados 73 Revisores Oficiais de Contas que completaram 25 anos de atividade profissional.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos ROC, tendo sido feita a entrega dos respetivos Certificados a 51 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.



Ainda no âmbito desta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos Revisores Oficiais de Contas que faleceram no 2º semestre de 2013 e 1.º semestre de 2014.

3.4.4.2 Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os ROC, no ano de 2014 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

- Em Lisboa e no Porto “Banca: Aspetos regulamentares e contabilísticos. Potenciais implicações para o negócio” com a colaboração do Sr. Dr. José Miguel Pessanha, responsável pela Área de Risco do Banco Millennium;
- Em Lisboa e no Porto - “O financiamento de atividades bancárias e o reforço das condições de acesso a mercados de capitais” com a colaboração do Sr. Dr. Pedro Cassiano Santos, sócio da Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, RL especialista em Direito Financeiro.
- Em Lisboa e no Porto - “A ASAE e as Práticas individuais Restritivas de Comércio – o novo Decreto-Lei nº 166/2013, de 27 de dezembro” com a colaboração da Srª Dra. Helena Sanches, Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações da ASAE;
- Em Lisboa e no Porto - “A normalização contabilística em Portugal: o contributo da APC e o futuro previsível face à Diretiva 2013/34/UE”, apresentação da Associação Portuguesa de Contabilistas e a colaboração do Sr. Dr. Batista da Costa e do Sr. Dr. José Araújo;
- Em Lisboa e no Porto - “O Comércio Internacional”, com a colaboração do Sr. Dr. Ricardo Oliveira, Economista, e do Sr. José Oliveira, Despachante Oficial;
- Em Lisboa e no Porto - “Empreendedorismo e Competitividade: O caso da Universidade do Porto” com a colaboração da Sr. Prof. Carlos Melo Brito, Pró-Reitor para a Inovação e Empreendedorismo da Universidade do Porto;



- Em Lisboa e no Porto - “Revitalização Empresarial” e “Processo Executivo e Grandes Devedores”, com a colaboração do Dr. Mota Gomes, do Dr. Mário Francisco e da Dr^a Sandra Mendeiros;
- Em Lisboa e no Porto - “O Crowdfunding e o financiamento da Startups”, com a colaboração da Sr^a. Dra. Sandra Santos Correia e do Sr. Dr. Carlos Pires da Silva, economistas e sócios da I.F. – Inovação Financeira, Lda.;
- Em Lisboa e no Porto - “ABC Angola”, apresentação do AICEP e com a colaboração da Sr^a. Dra. Sofia Raposo do Millennium, do Dr. Gustavo Amaral da KPMG e da Sr^a Dr^a Ana Isabel Morais da OROC;
- Em Lisboa e no Porto - “Anteprojeto da Reforma do IRS”, com a colaboração do colega Dr. Óscar Veloso;
- Em Lisboa e no Porto – “Rating - seu papel e as mudanças no sistema financeiro global” com a colaboração do Sr. Dr. José Poças Esteves, sócio gerente da SaeR – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, Lda.;
- Em Lisboa – “Desenvolvimentos recentes das IFRS e muito importantes conceitos inovadores no domínio de imparidades em instrumentos financeiros, rédito e controlo” com a colaboração do colega Dr. Mário Freire;

4 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2014, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 24 colaboradores permanentes e 2 assessores.

A Ordem conta, ainda, com um vasto leque de colaborações eventuais de ROC e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.



5 Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A continuidade da política de controlo dos gastos permitiu que a OROC apurasse neste período um resultado líquido de 32.995 euros.

5.1.1 Rendimentos e ganhos

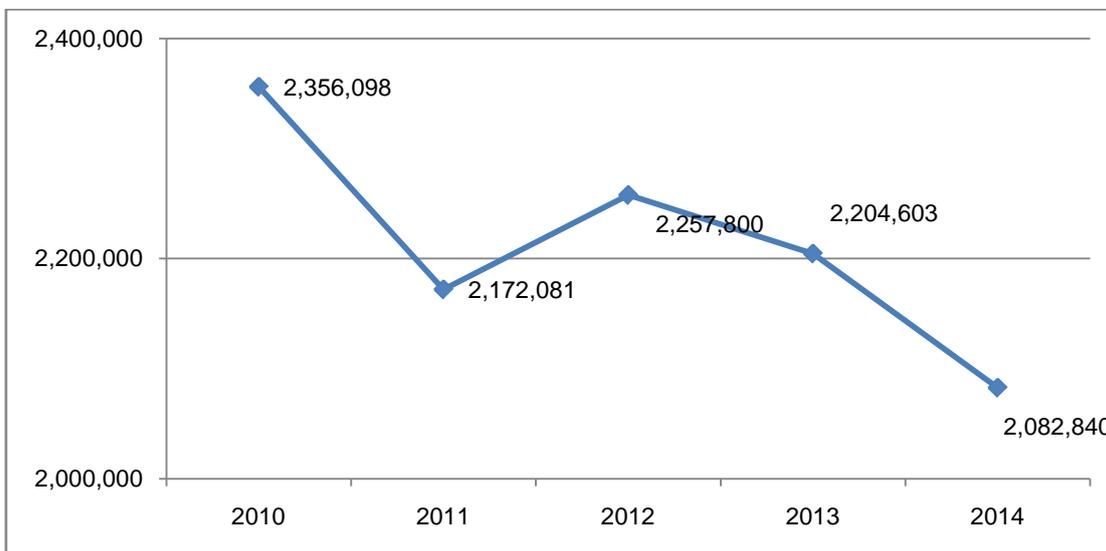
Evolução geral

Os rendimentos da OROC ascenderam a 2.082.840 euros, registando um decréscimo global líquido na ordem dos 122 milhares de euros (-5,52%) face a 2013, como se evidencia no quadro seguinte:

Rendimentos e Ganhos	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Quotas	1.188.035	1.182.618	5.417	0,46
Ações de formação	479.537	468.758	10.779	2,30
Inscrição, estágio e outros emolumentos	272.987	419.948	-146.961	-35,00
Outros	142.281	133.279	9.002	6,75
Total	2.082.840	2.204.603	-121.763	-5,52

A diminuição do montante de rendimentos tem a ver principalmente com o facto de em 2013 se terem registado os rendimentos do XI Congresso dos Revisores Oficiais de Contas com impacto nas rubricas de “Inscrição, estágio e outros emolumentos” (78 590 euros) e “Outros” (27 285 euros).

A evolução dos rendimentos e ganhos nos últimos 5 anos pode mostrar-se como segue:



Quotas

No ano de 2014 ocorreu um ligeiro aumento do valor das quotas, as quais representam cerca de 57% do total dos rendimentos gerados no período. O acréscimo resulta do ligeiro aumento verificado na atividade reportada pelos ROC e SROC em funções de interesse público, na sequência do cumprimento da Circular nº 14/2014.

Ações de formação

Os rendimentos com ações de formação respeitam ao CPROC no valor de 178.337 euros (208.605 em 2013) e à formação contínua no valor de 301.199 euros (260.153 em 2013). A atividade de formação registou um acréscimo essencialmente devido ao aumento de inscrições registadas nos cursos de formação contínua.

Inscrição, estágio e outros rendimentos

A diminuição do valor referente a esta rubrica resulta, essencialmente, do facto de neste exercício não se terem registado rendimentos relacionados com o Congresso. Verifica-se, também, uma diminuição dos rendimentos relacionados com as propinas de estágio e com as inscrições em exames.

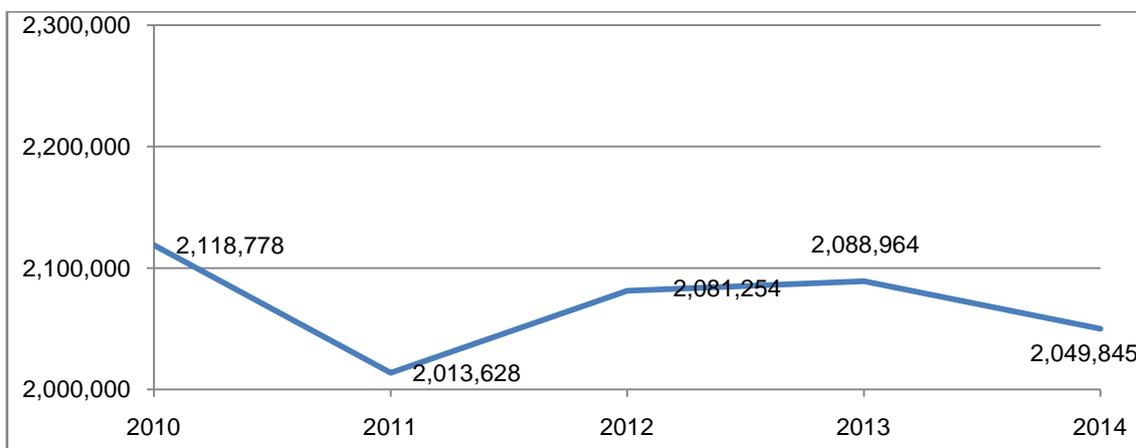
5.1.2 Gastos e perdas

Evolução geral

Os gastos em 2014 atingiram a quantia de 2.049.845 euros, tendo sido verificado um decréscimo de 39.119 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

Gastos e Perdas	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	1.145.092	1.205.491	-60.399	-5,01
Gastos com o pessoal	703.711	684.564	19.147	2,80
Gastos de depreciações e de amortizações	62.709	67.016	-4.306	-6,43
Perdas por imparidades de dívidas a receber	-	10.696	-10.696	-100
Provisões	17.540	29.291	-11.752	-40,12
Outros gastos e perdas	120.793	91.906	28.887	31,43
Total	2.049.845	2.088.964	-39.119	-1,87

A evolução dos gastos e perdas nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:





Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos e perdas.

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica mantém-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Os gastos com honorários representam cerca de 58% do valor total (53% em 2013). As principais naturezas de gastos são as seguintes:

Natureza	2014	2013	Variação	
			Valor	%
Honorários	667.945	641.332	26.613	4,15
Comissões, controladores-relatores e Júri de exame	343.209	321.864	21.345	6,63
Assessores	84.796	100.251	-15.455	-15,42
Formadores	200.678	180.963	19.715	10,89
Outros	39.262	38.254	1.008	2,63
Trabalhos especializados	202.671	173.582	29.089	16,76
Deslocações e estadas	85.581	154.843	-69.262	-44,73
Outros Fornec. e Serviços	188.895	235.734	-46.839	-19,87
	1.145.092	1.205.491	-60.399	-5,01

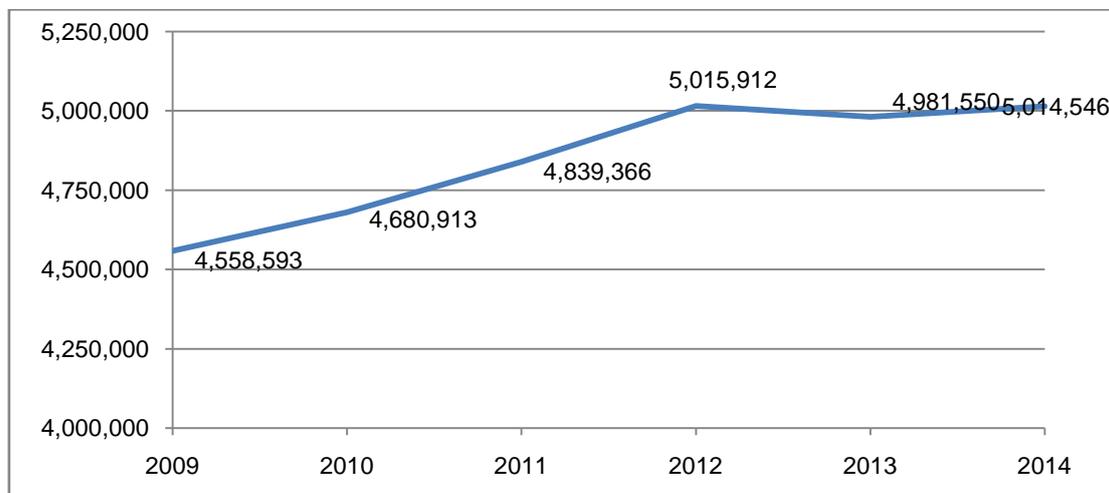
Parte da diminuição destes gastos está relacionada com o facto de em 2013 esta rubrica estar influenciada pelos gastos com o Congresso já referido.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a FEE.

5.2 Evolução dos fundos patrimoniais

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada nos fundos patrimoniais nos últimos 5 anos:



5.3 Execução do orçamento corrente

5.3.1 Perspetiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2014. No plano global, verifica-se uma taxa de realização de 105,32% nos rendimentos e de 103,96% nos gastos, a execução do orçamento apresenta-se satisfatória, com o resultado a exceder as expectativas.

RUBRICAS	Realizado 2014	Orçamento 2014	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS				
Quotas	1.188.035	1.132.280	55.755	4,92
Ações de formação	479.537	454.100	25.437	5,60
Inscrição, estágio e outros emolumentos	272.987	258.900	14.087	5,44
Outros rendimentos e ganhos	142.281	132.190	10.091	7,63
Total dos Rendimentos	2.082.840	1.977.470	105.370	5,32
GASTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos	1.145.092	1.083.430	61.662	5,69
Gastos com o pessoal	703.711	726.550	-22.839	-3,14
Gastos de depreciações e de amortizações	62.709	67.410	-4.701	-6,97
Imparidades de dívidas a receber	-	2.400	-2.400	-100
Provisões	17.540	-	17.540	-
Outros gastos e perdas	120.793	91.960	28.833	31,35
Total dos Gastos	2.049.845	1.971.750	78.095	3,96
Resultado do período	32.995	5.720	27.275	476,85



5.3.2 Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2014, salientam -se:

- O desvio favorável nas quotas faturadas, no montante de 55.755 euros (4,92%);
- O desvio favorável dos rendimentos provenientes de ações de formação (5,60%); e
- O desvio favorável dos rendimentos provenientes de inscrição, estágio e outros emolumentos (5.44%).

5.3.3 Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2014, sublinham-se:

- O desvio desfavorável nos Fornecimentos e serviços externos cujo montante ascendeu a 61.662 euros (+5,69%);
- O desvio favorável dos gastos com o pessoal (-3,14%); e
- O desvio desfavorável dos outros gastos e perdas (+31,35%).

5.4 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira (87%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo) de 7,81 e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos patrimoniais / Capital alheio) de 6,81.

Nas fontes de financiamento da OROC continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Mantendo-se as atuais áreas de intervenção da OROC, pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização.

Continuam a ser preocupações permanentes a racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.



5.5 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 11 284 euros, para uma previsão de 39.800 euros, como se evidencia no quadro seguinte:

RUBRICAS	Realizado 2014	Orçamento 2014	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ACTIVO INTANGÍVEL				
Prop. Ind. e outros direitos	291	15.000	-14.709	-98,06
ACTIVO FIXO TANGÍVEL				
Móveis e utensílios	0	5.000	-5.000	-
Equipamento de tratamento de dados	3.222	8.300	-5.078	-61,18
Fotocopiadoras	7.146	10.000	-2.854	-28,54
Biblioteca	207	1.000	-793	-79,28
Outros ativos fixos tangíveis	418	500	-82	-16,36
Total	11.284	39.800	-28.516	-71,65

6 Perspetivas futuras

A crise económica que o país atravessa continuará necessariamente a influenciar a atividade dos Revisores Oficiais de Contas e a respetiva organização profissional. Como já referido no ano anterior, o Conselho Diretivo, ciente das dificuldades existentes, inscreveu nos Planos de Atividades dos anos anteriores medidas que considerou adequadas para ajudar a reduzir os impactes da crise nas estruturas dos profissionais, sobretudo de pequena e média dimensão. Tais preocupações foram mantidas no Plano de Atividades para 2015.

O ano de 2014 continuou a apresentar perspetivas pouco positivas e grandes incertezas quanto ao futuro. Continuamos, todavia, a acreditar que com a mobilização de todos, iremos ser capazes de vencer as batalhas que a crise económica e financeira nos obriga a travar.

Em maio de 2014 foram publicados a Diretiva 201/56/EU (que altera a anterior diretiva de auditoria – diretiva 2006/43/CE) e o Regulamento (EU) 537/2014 (referente a auditorias de entidades de interesse público), ambos do Parlamento Europeu e do Conselho. O Conselho Diretivo procurará dar o maior contributo para a melhor transposição da diretiva e adoção do regulamento no contexto da legislação nacional. Procurará a melhor defesa do interesse público e, na medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactos negativos sobre a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.



7 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2014 no montante total de 32 995 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo se mantenha como reforço dos Fundos Patrimoniais, transferindo-se para resultados transitados.

8 Homenagem póstuma

A Ordem presta a sua homenagem a todos os Colegas falecidos e expressa as mais sentidas condolências às famílias dos Colegas Revisores Oficiais de Contas que deixaram o nosso convívio no ano de 2014 e que foram os seguintes:

ROC N.º	Nome	Data de falecimento
322	José Paulo da Silva Pinto	24-03-2014
310	Álvaro Henriques de Almeida	28-03-2014
93	Octávio de Brito Gastambide Fernandes	07-06-2014
270	Mário de Sousa Borges	26-06-2014
301	João Florêncio Vicente de Carvalho	18-07-2014
583	Rui Manuel Esteves Rodrigues	26-07-2014
880	António José da Silva Santos Duarte	01-08-2014
856	António José Martins Leitão	08-10-2014
524	Florentino Agostinho Evangelista dos Santos	08-11-2014
434	Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite	05-12-2014

9 Agradecimentos

O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores Oficiais de Contas em geral, aos membros dos demais Órgãos Sociais, das Comissões Estatutárias e das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho, ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, a colaboração que prestaram à OROC durante o ano de 2014.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015

O Conselho Diretivo

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

José Rodrigues de Jesus

António Marques Dias

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vítor Manuel Batista de Almeida

Luís Guilherme de Noronha e Távora Pinheiro Torres

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Demonstrações Financeiras 2014

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações no fundo social

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo



Balanço em 31 de dezembro de 2014

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2014	31-dez-2013
Ativo			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2 405 532	2 456 357
Ativos intangíveis	7	680	1 280
		2 406 212	2 457 637
Activo corrente			
Inventários	8	5 739	8 814
Associados	9	183 640	149 173
Outras contas a receber	10	61 895	47 086
Diferimentos	11	12 621	12 730
Caixa e depósitos bancários	5	3 080 274	3 015 505
		3 344 169	3 233 308
Total do ativo		5 750 381	5 690 945
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		4 981 551	4 865 912
Resultado líquido do período		32 995	115 639
Total dos fundos patrimoniais		5 014 546	4 981 551
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12	46 831	29 291
		46 831	29 291
Passivo corrente			
Fornecedores		29 632	21 610
Estado e outros entes públicos	13	41 535	32 937
Diferimentos	11	107 383	90 455
Outras contas a pagar	14	510 454	535 101
		689 004	680 103
Total do passivo		735 835	709 394
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 750 381	5 690 945

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015



Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2014

Montantes em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Serviços prestados	15	1 940 558	2 071 324
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 145 092	-1 205 491
Gastos com o pessoal	17	- 703 711	- 684 564
Perdas por Imparidade de dívidas a receber	9	3 910	- 10 696
Provisões	12	- 17 540	- 29 291
Outros rendimentos e ganhos	18	110 081	92 227
Outros gastos e perdas	19	- 116 415	- 87 362
Resultado antes de depreciações, amortizações e resultados financeiros		71 791	146 147
Gastos de depreciações e de amortizações	6/7	- 62 709	- 67 016
Resultado operacional		9 082	79 131
Juros e rendimentos similares obtidos		28 291	41 052
Juros e gastos similares suportados		4 378	4 544
Resultado líquido do período		32 995	115 639

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2013

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2013		4 839 366	176 546	5 015 912
Aplicação de resultados	20	26 546	- 176 546	- 150 000
Resultado líquido do período		0	115 639	115 639
Posição em 31.12.2013		4 865 912	115 639	4 981 551

Período findo em 31 de dezembro de 2014

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2014		4 865 912	115 639	4 981 551
Aplicação de resultados	20	115 639	- 115 639	000
Resultado líquido do período		0	32 995	32 995
Posição em 31.12.2014		4 981 551	32 995	5 014 546

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015



Demonstração dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2014

Montantes em Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e outros		1 936 307	2 090 575
Pagamentos a fornecedores		-1 137 070	-1 156 965
Pagamentos ao pessoal		- 703 711	- 684 680
Caixa gerada pelas operações		95 526	248 930
Recebimentos referentes a seguro RCP	5	695 102	672 011
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		145 735	84 097
Entregas referentes a seguro RCP	5	- 772 034	- 677 737
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		- 88 276	- 89 224
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		76 053	238 077
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 10 993	- 2 039
Ativos intangíveis		- 291	- 1 230
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 11 284	- 3 269
Varição de caixa e seus equivalentes ((1)+(2)+(3))		64 769	234 808
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 015 505	2 780 697
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	3 080 274	3 015 505

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015



ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2014, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de dezembro.

A Ordem tem a sede em Lisboa e a Secção Regional do Norte, no Porto.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt.

2. Referencial contabilístico

A OROC aplica o regime de normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- i. Quotas – no período a que se refere a quotização;
- ii. Ações de formação – no período em que a ação de formação decorre;
- iii. Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- iv. Estágio – no período em que são reconhecidos os gastos que os rendimentos de estágio visam compensar.

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeita.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra, deduzido de depreciações acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 5 a 8 anos

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas. Os itens intangíveis apenas são reconhecidos como ativos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a OROC, se forem por ela controlados e se o respetivo valor puder ser mensurado com fiabilidade. Se estas condições não estiverem satisfeitas, os itens intangíveis são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis da OROC têm vida útil determinável. A amortização é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Programas de computador – 3 anos

3.4 Imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que a quantia pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável. Em 2014 não foram identificados eventos ou circunstâncias que indicassem a necessidade de se reconhecer quaisquer perdas por imparidade.



3.5 Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo histórico de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, associados e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor aproximado do respetivo justo valor, dada a sua liquidez.

No que se refere aos valores a receber de associados, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade.

4. Comparabilidade

Os saldos apresentados com referência a 31 de dezembro de 2013, que abaixo se discriminam, não correspondem aos valores divulgados nos documentos de prestação de contas referentes a essa data. Esses valores foram, para efeitos das presentes demonstrações financeiras, segregados de modo a apresentar em separado os rendimentos e gastos financeiros. Assim, as quantias agora apresentadas são comparáveis. As reclassificações de quantias comparativas foram as seguintes:

Rubrica	Montante referente a 2013 apresentado como quantia comparativa	Reclassificações de rendimentos e gastos financeiros	Montante apresentado no ano anterior
Outros rendimentos e ganhos	92.227	-41.052	133.279
Outros gastos e perdas	87.362	-4.544	91.906
Juros e rendimentos similares obtidos	41.052	41.052	0
Juros e gastos similares suportados	4.544	4.544	0



5. Fluxos de caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e os seus equivalentes foi o seguinte:

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.000	19.591	19.591	2.000
Depósitos à ordem	1.143.382	9.607.110	10.387.353	363.139
Outros depósitos bancários	1.870.123	1.560.000	714.988	2.715.135
Total caixa e depósitos bancários	3.015.505	11.186.701	11.121.932	3.080.274

A Ordem procede à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros, procedendo à cobrança junto dos mesmos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o período resume-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Out. Construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta inicial	584.225	2.675.612	59.700	689.510	77.076	4.086.123
Depreciações acumuladas iniciais	0	825.821	59.700	669.106	75.139	1.629.766
Saldo no início do período	584.225	1.849.791	0	20.404	1.937	2.456.357
Aumentos do período	0	0	0	10.786	207	10.993
Aquisições	0	0	0	10.786	207	10.993
Diminuições do período	0	53.512	0	8.020	286	61.818
Depreciações	0	53.512	0	8.020	286	61.818
Quantia bruta final	584.225	2.675.612	59.700	700.296	77.283	4.097.116
Depreciações acumuladas finais	0	879.333	59.700	677.126	75.425	1.691.584
Saldo no final do período	584.225	1.796.279	0	23.170	1.858	2.405.532



7. Ativos intangíveis

O movimento desta rubrica durante o período foi o seguinte:

Descrição	Programas de computador
Quantia bruta inicial	344.329
Amortizações acumuladas	<u>343.049</u>
Saldo no início do período	1.280
Aumentos no período	291
Aquisições	291
Diminuições no período	891
Amortizações	891
Quantia bruta final	344.620
Amortizações acumuladas finais	<u>343.940</u>
Saldo no final do período	<u>680</u>

Os programas de computador mais relevantes a que se referem os ativos intangíveis são os relativos à aplicação para registo e controlo de atividade da profissão.

8. Inventários

Os inventários são relativos essencialmente a publicações técnicas cujo movimento durante o período foi o seguinte:

Mercadorias	2014	2013
Inventários iniciais	8.814	2.875
Compras	<u>8.814</u>	<u>14.859</u>
	8.814	17.734
Custo das mercadorias vendidas	3.075	310
Ofertas	<u>5.739</u>	<u>8.610</u>
Inventários finais	<u>5.739</u>	<u>8.814</u>

As ofertas em 2013 referiram-se essencialmente à oferta aos Revisores do Manual das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público e do Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, Parte II.



9. Associados

O valor a receber de associados com referência a 31.12.2014 ascende a 239.431 euros (no ano anterior: 208.874 euros) o qual é apresentado no balanço deduzido das perdas por imparidade estimadas no montante de 55.791 euros (no ano anterior: 59.701 euros). Assim, as quantias a receber totalizam, em termos líquidos, 183.640 euros em referência a 31.12.2014 (no ano anterior: 149.173 euros).

Em 31.12.2014 está incluído no montante a receber de Associados um débito de 86.055 euros, emitido em 5 de Dezembro passado, que foi recebido pelos serviços administrativos da Ordem em 9 de janeiro de 2015. Desconsiderando este efeito, constata-se uma redução significativa das dívidas de associados.

As perdas por imparidade estimadas registaram durante o período o movimento seguinte:

Perdas por imparidade de associadas	2014	2013
Saldo no início do período	59.701	49.005
Perdas por imparidade reconhecidas no período	12.675	10.696
Reversão e anulação (por abate de saldos)	16.585	0
Saldo no final do período	55.791	59.701

10. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2014	31-12-2013
Devedores por acréscimos de rendimentos	25.893	5.380
Montantes dos prémios de seguros a receber	0	12.230
Devedores diversos	36.002	29.476
Total	61.895	47.086

A variação na rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos deve-se, sobretudo, a acertos nas quotizações de 2014, decorrentes da informação prestada pelos Associados, ao abrigo da Circular nº 14/2014.

O saldo de Devedores diversos inclui valores relativos a participantes em ações de formação, estagiários e outros, cujos créditos ainda não foram liquidados.



11. Diferimentos

As rubricas de diferimentos decompõem-se como segue:

Natureza	31-12-2014	31-12-2013
Ativo – Gastos a reconhecer		
Seguros	4.867	4.755
Outros	7.754	7.975
Total	12.621	12.730
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
Formação	100	1.615
Estágio	64.403	40.220
Inscrição no exame	42.880	48.620
Total	107.383	90.455

12. Provisões

Em 2014 foi recebida a quantia de 17.540 euros referente a IRC que havia sido retido pelos Bancos sobre os juros de aplicações de capital que foram pagos à Ordem em 2013 (em 2013 havia sido recebida a quantia de 29.291 euros referente juros pagos em 2012).

Continua em estudo o enquadramento fiscal, em sede de IRC, dos juros de aplicações de capitais, recebidos pela Ordem. Dado terem sido obtidas opiniões divergentes e não haver ainda um enquadramento definitivo, por prudência, foi reforçada a provisão pelo montante recebido no exercício.

13. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos discrimina-se como segue:

Natureza	31-12-2014	31-12-2013
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	26.348	19.621
Imposto sobre o valor acrescentado	1.643	124
Contribuições para a Segurança Social	13.544	13.192
Total	41.535	32.937

Não existem dívidas em mora ao Estado ou a outros Entes Públicos.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública estando os rendimentos da sua atividade isentos de IRC nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.



14. Outras contas a pagar

Esta rubrica discrimina-se como segue:

Natureza	31-12-2014	31-12-2013
Comissões estatutárias, técnicas, formadores e outros	38.682	46.567
Credores por acréscimos de gastos	294.668	329.281
Fundo de Pensões (ver nota 20)	153.968	152.746
Credores diversos	23.136	6.507
Total	510.454	535.101

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos corresponde ao seguinte:

Natureza	31-12-2014	31-12-2013
Remunerações a liquidar	77.900	76.652
Júri de exame	6.443	12.601
Comissões técnicas	270	1.463
CPROC	11.690	13.466
Formação contínua	6.457	14.776
Controlo de qualidade	132.490	86.070
Órgãos sociais	14.744	14.082
Comissão de estágio	6.057	2.352
IMI a pagar	2.100	1.963
Revista Revisores e Auditores	3.075	5.852
Formação Angola	18.256	93.463
Outros	15.186	6.541
Total	294.668	329.281

As quantias referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 3 de julho de 2014 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no exercício de 2014.

O saldo de “Formação Angola” refere-se ao montante de despesas a liquidar em 2015 referentes aos serviços de formação prestados à Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As despesas são incorridas por conta daquele organismo, sendo o seu montante totalmente compensado com a receita, não havendo qualquer efeito em rubricas de resultados.



15. Serviços prestados

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e decompõe-se como segue:

Natureza	2014	2013
Quotas	1.188.035	1.182.618
Ações de formação	479.537	468.758
Inscrição, estágio e outros	272.987	419.948
Total	1.940.559	2.071.324

16. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica compreende as seguintes naturezas de gastos:

Natureza	2014	2013
Trabalhos especializados	202.671	173.582
Honorários	667.945	641.332
Conservação e reparação	17.630	16.447
Materiais	47.419	73.935
Energia e fluidos	19.914	22.420
Deslocações e estadas	85.581	154.843
Rendas e alugueres	18.090	26.972
Comunicação	31.299	34.728
Publicidade e propaganda	4.649	14.647
Seguros	7.601	7.113
Limpeza, higiene e conforto	8.938	8.274
Condomínios	10.622	11.189
Outros	22.733	20.009
Total	1.145.092	1.205.491

A rubrica de honorários inclui encargos referentes a formadores, membros das Comissões Estatutárias e Técnicas, Controladores-relatores e outros profissionais liberais. Inclui ainda o montante de 5.903 euros (no ano anterior 4.955 euros) referente a gastos diretamente associados ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria.

17. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos discriminam-se como segue:



Natureza	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	86.948	79.461
Remunerações do pessoal	487.802	479.389
Encargos sobre as remunerações	125.950	118.334
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.261	2.684
Outros gastos com o pessoal	750	4.696
Total	703.711	684.564

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 24, sendo todas remuneradas.

Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remunerações fixas, sendo atribuídas senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Natureza	2014	2013
Assembleia Geral	1.210	985
Conselho Superior	2.115	1.886
Conselho Diretivo	40.362	40.954
Conselho Disciplinar	38.830	31.688
Conselho Fiscal	4.431	3.948
Total	86.948	79.461

Nota: Os montantes apresentados com referência a 2013 não correspondem aos valores divulgados no anexo referente a esse período pois incluíam os encargos sobre remunerações. Para efeitos da apresentação das quantias no presente anexo os encargos sociais estão incluídos na rubrica própria (no quadro anterior).

18. Outros rendimentos e ganhos

Inclui o seguinte:

Natureza	2014	2013
Correções relativas a períodos anteriores	41.650	44.423
Multas	48.566	13.450
Patrocínios XI Congresso	-	27.285
Outros réditos	19.865	7.069
Total	110.081	92.227

As correções relativas a períodos anteriores incluem a quantia de 17.540 euros relativa a IRC reembolsado pela administração fiscal (no ano anterior 29.291 euros) relativamente à qual foi constituída a provisão referida na nota 12.



19. Outros gastos e perdas

Inclui o seguinte:

Natureza	2014	2013
Correções relativas a períodos anteriores	29.442	1.621
Quotizações		
FEE	49.264	49.264
IFAC	24.661	25.239
CNOP	2.500	2.500
FCM	-	5.063
Diversas	752	752
Outros gastos e perdas	9.796	2.923
Total	116.415	87.362

20. Contribuições para Fundo de Pensões

A Ordem tem efetuado contribuições para o fundo de pensões dos Revisores Oficiais de Contas, de acordo com os resultados gerados e as deliberações da Assembleia Geral. As contribuições já efetuadas para fundo de pensões foram as seguintes:

Contribuições	Quantia
Exercício de 2004, entregue em 2005	99.981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123.000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120.000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121.500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100.000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124.253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115.000
Total	803.734

(a) Inclui juros no montante de €2.753

Na Assembleia Geral de 28 de março de 2013, foi deliberada a entrega do montante de 150.000 euros por aplicação dos resultados de 2011 e 2012. Por motivos de oportunidade, não foi efetuada a aplicação no Fundo de Pensões até ao fim do corrente período, estando o Conselho Diretivo a diligenciar no sentido de que o mesmo se concretize até ao fim do 1.º trimestre de 2015.

21. Acontecimentos após a data do balanço

O Conselho Diretivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na sua reunião de 19 de fevereiro de 2014.

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.



ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório

O Conselho Fiscal apresenta, nos termos estatutários, o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas aprovados pelo Conselho Diretivo para o exercício de 2014. O Conselho Diretivo e os Serviços prestaram os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal esteve representado por João Lopes da Silva na reunião do Conselho Diretivo do dia 19 de fevereiro de 2015, na qual este aprovou o Relatório e Contas de 2014. No seguimento nas análises efetuadas, o Conselho Fiscal entende que as contas apresentadas refletem a posição financeira e desempenho da Ordem relativo ao exercício de 2014. O Conselho Fiscal dá o seu acordo ao Relatório de Auditoria emitido.

Parecer

Face ao exposto no relatório, tendo em consideração o Relatório de Auditoria e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- 1- O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho Diretivo, respeitante ao exercício de 2014, merecem aprovação;
- 2- A proposta de aplicação dos resultados, contida naquele relatório, merece igualmente aprovação.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2015

Luís Manuel
João Lopes da Silva

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 5.750.381 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.014.546 euros, incluindo um resultado líquido de 32.995 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, mapas de execução orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

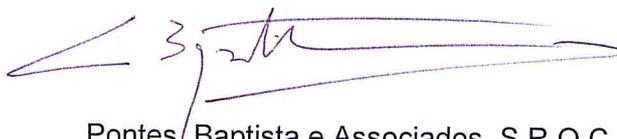
OPINIÃO

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório do Conselho Directivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2015



Pontes, Baptista e Associados, S.R.O.C.

representada por Luís Fernando da Costa Baptista